

“Roteiro Nacional para a Adaptação 2100” prevê que neutralidade carbónica a nível mundial aconteça em 2080

9 de Dezembro, 2020

A **APDA** (*Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas*), através da sua *Comissão Especializada de Qualidade da Água (CEQA)*, tem como principal objetivo sensibilizar a comunidade para a temática das alterações climáticas e disponibilizar aos serviços de abastecimento de água e saneamento e à comunidade informações e ferramentas que facilitem o processo de adaptação aos efeitos das alterações climáticas. Foi em torno destes objetivos que a APDA realizou, na passada sexta-feira, um webinar subordinado ao tema “Vulnerabilidade do recurso água em eventos extremos”.

Coube a **Luís Dias**, investigador da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), apresentar o “Roteiro Nacional para a Adaptação 2100” que visa “apoiar sessões de políticas públicas nacionais” de adaptação às alterações climáticas nos “diferentes níveis de intervenção territorial,” onde se incluem os “recursos hídricos”. De acordo com o responsável, o projeto arrancou em setembro deste ano, com previsão de terminar em 2030. Com este projeto, pretende-se “sistematizar a informação sobre as vulnerabilidade climáticas” e “integrar este exercício, de forma a que tenha expressão territorial”, ou seja, “toda a informação que produzimos terá que ser cartografada”, avança o investigador. Além disso, a matriz vai permitir “definir metodologias e critérios para integrar as vulnerabilidades nos diferentes planos setoriais” e, ao mesmo tempo, obter o “custo da ação” e da “inação”, isto é, o “custo de fazermos a adaptação às alterações climáticas até ao final do século” e o “custo de nada fazer”.

Orçado em 1 300 milhões de euros, o “Roteiro Nacional para a Adaptação 2100” integra vários objetivos, destacando-se, desde logo, os “cenários de fosso económico”, os “novos modelos climáticos” e a “cálculo de variáveis climáticas” que originará uma nova versão do portal do clima: “ Haverá várias interações com os setores da estratégia de adaptação às alterações climáticas” como a “estratégia nacional” em que as prioridades se centram na “água” e no “território” mas também noutros “quatro grandes grupos”: a “agricultura”, as “florestas”, as “histórias” e as “cidades”. Para tal, haverá o envolvimento com todas as partes interessadas, cujo objetivo passa por “definir medidas de adaptação” que serão “modeladas” para ver qual o seu “impacto no que diz respeito às vulnerabilidades”. Por último, e contando com a parceria do Banco de Portugal, há também a pretensão de “verificar o custo de nos adaptarmos” e o “custo de não nos adaptarmos”, refere o investigador.

[blockquote style="2"]Vamos modelar a disponibilidade da água em regime natural notificado até 2100[/blockquote]

É preciso ter em conta que “mitigação” e “adaptação” são duas abordagens distintas: “A mitigação é a redução da emissão de gases com efeito de estufa

e o aumento de sumidouros; já a adaptação é a redução do risco e a forma como é que podemos atuar para diminuir os impactos das alterações climáticas que se vão fazer sentir”. Luís Dias chamou a atenção para o facto de este ser um problema global: “Todos os países têm que fazer um esforço conjunto para diminuir as emissões”. E Portugal é um bom exemplo disso: “Até 2050, tem que ser neutro” apesar desse esforço não ser “suficiente para diminuir o efeito das alterações climáticas”, a menos que “todos os países a nível mundial o façam também”. No entanto, “apesar dos *drivers* serem globais, o problema é local”, para se “criar defesas maiores do que aquelas que necessitamos para fazer frente às alterações climáticas”. Por outro lado, poderá haver, no decorrer do processo, uma “sobre-adaptação” que dá ao “Roteiro Nacional para a Adaptação 2100” o objetivo de lidar com tais desafios.

Dos cenários trabalhados no projeto, o investigador diz que o pior projetado pelo IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) é consiste num “aquecimento global” que pode chegar até aos cinco graus. Há também um cenário que contempla “emissões mais moderadas” mas onde os “impactos são muito superiores” aos que estão moldados no Acordo de Paris e, um outro que, até ao Acordo de Paris, não era falado e que permite “manter o aquecimento global” até aos 1,5 graus.

Relativamente à agricultura, há três objetivos a considerar no “Roteiro Nacional para a Adaptação de 2100” e que têm que ver com a disponibilidade da água, as necessidades e a produtividade: “Vamos modelar a disponibilidade da água em regime natural notificado até 2100 e vamos projetar a procura dos recursos hídricos e de produtividade das culturas agrícolas”. Além disso, o plano prevê “medidas de adaptação para equilibrar a oferta e a procura, minimizando as perdas de produtividade”. Quanto a desafios neste exercício, o investigador destaca as “necessidades” que estão dependentes da população: “Se tivermos um aumento considerável da população, isso terá um impacto no recurso e nos usos do solo”, exemplifica. Para além disso, há o facto da produtividade estar dependente das “culturas” e das “condições climáticas”. Para responder a tais desafios, Luís Dias afirma que a resposta será através da criação de vários “cenários socioeconómicos” que envolvem a sustentabilidade, previsões de “continuação das tendências atuais”, rivalidades regionais, desigualdades entre ricos e pobres ou, mesmo, o “desenvolvimento de combustíveis fósseis” como características principais. As características não integram políticas de adaptação ou de mitigação, constatando que “um mundo sem políticas de adaptação e mitigação” origina “sempre emissões muito elevadas”. E, de qualquer forma, quando se aplicam “políticas de mitigação” e de “adaptação” consegue-se “diminuir tais emissões” e, ao mesmo, cumprir-se o Acordo de Paris, precisa.

Desta forma, Luís Dias conclui que as “pessoas estão mais direcionadas para a sustentabilidade”, sendo esse o cenário que está previsto ser avaliado no âmbito “Roteiro Nacional para a Adaptação 2100”, combinado com outros cenários de forma a “apontar para as emissões” do Acordo de Paris. Além disso e tendo em conta o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, “nenhum dos cenários” utilizados na matriz tem a “neutralidade carbónica tão cedo a nível mundial”, prevendo-se que tal aconteça em 2080.